

Práxis

Contribuição : R\$ 1,50

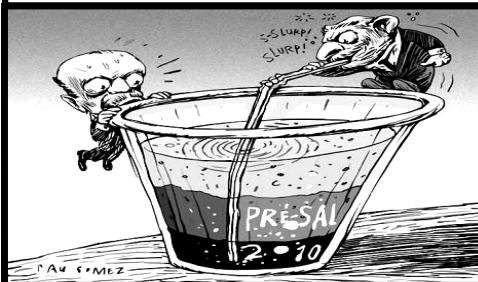
Solidária: R\$2,00

Ano IV - Número 15
Novembro/Dezembro
de 2009

CORRENTE MARXISTA REVOLUCIONÁRIA - Corrente Internacional *Socialismo ou Barbárie*



Apesar da burocracia sindical ... desemprego e arrocho salarial empurram trabalhadores para a luta - pg. 4



Novo marco regulatório da extração do petróleo: continuidade do privatismo - pg. 8



Combater machismo e intolerância contra a mulher pg. 11



Escandalosa entrega da luta popular em Honduras pg. 13

Trabalhadores devem recuperar protagonismo para enfrentar os desafios do próximo período



EDITORIAL:

Findando 2009 é importante apontarmos os elementos que marcaram a realidade nacional neste ano e indicar algumas perspectivas para o próximo. Vivemos no último período um processo de ataques aos trabalhadores que não se restringiu à demissão, férias coletivas, remanejamento de pessoal e outras formas de precarização do trabalho, pois, ao contrário do propagandeado, a crise econômica se fez sentir da maneira mais dramática possível para os trabalhadores.

A recuperação parcial da produção logicamente não foi acompanhada da ampliação de vagas no setor, pelo contrário. É interessante observar que os setores produtivos que primeiro se beneficiaram (produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica) com a redução dos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPIs) são as que mais demitiram no último trimestre de 2009.

A frágil retomada da atividade econômica coloca para economias como as do Brasil, onde governos já anunciam a retomada da recuperação econômica, um sinal de alerta. Pois, diante da perspectiva de novos solavancos no mercado mundial, a incipiente melhora da economia brasileira terá muita dificuldade para se sustentar. O que, certamente, gerará mais tensões sindicais e políticas. A greve dos petroleiros em março, que saiu parcialmente vitoriosa, e outras mobilizações, como as ocupações no campo, a luta em defesa do emprego e por reajustes salariais no final

de 2009, demonstram que existem possibilidades de que se abra uma conjuntura política em que a classe trabalhadora recupere seu protagonismo, requisito fundamental para a construção de uma alternativa diante do arrocho salarial, das demissões em massa, e do aprofundamento das “reestruturações” que levam a mais exploração.

Apesar do peso dos fatores objetivos (desemprego, estrutura sindical burocrática, terceirização etc.) que influenciam a consciência e ação dos trabalhadores, a política do setor majoritário da CONLUTAS não armou durante 2009 para o nível de enfrentamento que a realidade brasileira exigiu. A estratégia superestrutural e corporativista desenvolvida pela direção majoritária (PSTU) nos últimos anos é, inegavelmente, fator para que lutas reais e diretas em suas bases não tenham se desenvolvido até o momento.

Em 2010 teremos desafios redobrados, pois permaneceram os efeitos da crise, marcadamente com baixa recuperação do emprego, apesar da ligeira recuperação econômica, e da tendência inflacionária, a redução de investimentos nas áreas sociais do governo, ou seja, assistiremos a continuidade das políticas de transferência da crise aos trabalhadores. Outro fator de destaque no cenário político e a manutenção da popularidade do governo, turbinada pela descobertas de petróleo na camada pré-sal, da escolha do Rio de Janeiro como sede das olimpíadas de 2016, do filme propagandista patrocinado pela maior estatal brasi-

leira (Petrobras), elemento que tem sido importante para a contenção e isolamento político das mobilizações.

Além do mais, estaremos em um ano eleitoral (eleições nacional e regional), onde o bloco governista, em relação à oposição burguesa, se apresenta de forma muito menos consistente do que o governo pelos motivos expostos acima e porque não dispõem, evidentemente, de um projeto alternativo. Assim, os trabalhadores terão um duplo desafio em 2010. De um lado construir uma unidade na ação para enfrentar o desemprego, o arrocho, a falta de moradia etc e, de outro, apoiados na luta concreta construir uma alternativa política totalmente distinta do capitalismo. Assim, deve-se combinar uma política de diferenciação do governo, do capital e da burocracia sindical, combater o simulacro de democracia que consistem as eleições do próximo e apresentar aos trabalhadores uma abrangente denúncia do sistema capitalista e um projeto de sociedade radicalmente oposto a este.

EXPEDIENTE:

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Antonio Carlos Soler, Ana Paula L. Fonseca, Ezequiel de Oliveira e Rosi Santos.

Eleições de 2010:

NO CAMPO DA DEMOCRACIA DOS RICOS AS CARTAS SE EMBARALHAM... A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA SERÁ CAPAZ DE APRESENTAR PARA AS MASSAS UM PROJETO RADICALME

Por Antonio Soler

A pesar do governo e de sua base de sustentação não ter nenhum “candidato natural” e ter de “inventar” um nome como o de Dilma Rousseff, pois as inúmeras crises política do atual governo - principalmente o mensalão - acabaram por fazer com que figuras-chave do PT e do governo “caíssem em desgraça” junto à opinião pública, existe uma expectativa de que a disputa eleitoral em 2010 apresente um embate onde os resultados tendam a serem favoráveis para o governo.

Do ponto de vista da história recente dos resultados eleitorais a oposição burguesa vem se apresentando de forma decadente desde 1988. Nesse marco a esquerda, particularmente a revolucionária, deve utilizar as eleições do próximo ano como ponto de apoio para as lutas e como forma de apresentar um projeto alternativo. Devemos analisar o papel da esquerda no processo eleitoral em 2010.

De oportunismo em oportunismo, o PSOL se prepara para dar apoio a Marina Silva

Cabe aqui fazer uma referência crítica a como o PSTU, notadamente por meio de Eduardo Almeida Neto (da direção nacional), vem tratando a questão da crise política no interior do PSOL votada em seu último congresso. A questão é que Heloisa Helena declarou que não vai ser candidata à presidente para 2010, além e dar declarações elogiosas sobre Marina Silva (ex-PT e atual pré-candidata do PV). No artigo citado é possível ler “Queremos fazer um chamado a todas as correntes e militantes do PSOL. A crise do congresso é expressão de um retrocesso evidente, que pode se agravar. Existem milhares de companheiros do PSOL com quem militamos no dia-a-dia no movimento sindical, estudantil e popular. Apesar das inúmeras diferenças que temos com o partido, tivemos uma frente

eleitoral em 2006, através da candidatura de Heloisa Helena, com 6,5 milhões de votos.” 1

Ou seja, o chamado político que o PSTU vem fazendo a PSOL, tanto no artigo que estamos citando, quanto no seu horário eleitoral, tem sido voltado única e exclusivamente para o aspecto eleitoral. Nenhuma crítica aos limites programáticos, política de alianças ou mesmo sobre a contribuição financeira da Gerda, aceita por Luciana Genro na eleição de 2008 são citados.



PSTU combina mais uma vez oportunismo com sectarismo

Uma vez confirmada a posição da direção majoritária do PSOL em não lançar Heloisa Helena à candidata a presidência em 2010, a direção do PSTU se animou em lançar a candidatura a presidência de Zé Maria. Tática política que consiste em uma clara demonstração de que a única coisa que interessa à direção do PSTU em chamar a frente eleitoral é na quantidade de votos que Heloisa Helena poderia arrematar. Não que o espaço eleitoral não seja importante, no entanto, para os revolucionários este deve estar a serviço da luta imediata e histórica dos trabalhadores, mas parece que a única coisa que dentro da lógica da direção do PSTU são os 6,5 milhões de votos que Heloisa Helena obteve em 2006

Frente à capitulação eleitoral total das principais correntes do PSOL diante da mais nova expressão eleitoral da direita no Brasil - Marina Silva -, o PSTU perde a oportunidade com a tática política que adota ao não fazer um chamado à esquerda revolucionária para um debate político franco em uma frente eleitoral classista, onde programa, táticas e candidaturas sejam construídas através de plenárias comuns das organizações política envolvidas.

Em primeiro lugar porque a CONLUTAS tinha por obrigação articular, primeiramente em sua base, uma campanha salarial que transpusesse as reivindicações meramente salariais, coisa que não foi feita, e incorporasse bandeiras mais gerais à sua pauta de reivindicações. CONLUTAS, que dirige sindicatos importantes na região do Vale do Paraíba (Metalúrgicos e Químicos) e em Minas Gerais (Metalúrgicos e outros setores), além de ter presença em uma série de setores que estiveram em campanha salarial neste segundo semestre, como correios e bancários (importantes categorias nacionais), mas, não propôs sequer uma plenária de base que tirasse uma jornada conjunta destes setores.

No segundo semestre, tivemos uma combinação de lutas salariais que poderia ter alçado uma dimensão política se não fosse a intervenção nefasta das principais direções do movimento operário e estudantil. Desta forma, o desafio de constituir uma organização que supere as direções tradicionais que se diferencia política e programaticamente da CUT e da Força Sindical são tarefas que vêm sendo adiadas pelas dificuldades políticas apresentados pelos dirigentes da CONLUTAS e da Intersindical. Para tanto precisa levar aos trabalhadores sistematicamente uma política diferenciada destas centrais.

Apesar da burocracia sindical ... o desemprego e o arrocho salarial empurram trabalhadores para a luta

Por Antonio Carlos Soler

O segundo semestre teve como característica básica, por um lado, a continuidade dos efeitos da crise sobre os trabalhadores (desemprego, arrocho etc.) e, por outro, um movimento por reivindicações salariais que mobilizou categorias que se organizam em âmbito nacional, como bancários e correios, e categoriais-chave para o processo produtivo industrial, como os metalúrgicos de vários estados.¹ Diante das altas taxas de lucro das montadoras - sustentadas, além do mais, pelas políticas de isenção fiscal dada pelo governo Lula - e do arrocho salarial, mesmo sob a direção traidora da CU/Força Sindical, os trabalhadores são impelidos à luta.

Essas lutas tiveram um papel de destaque na conjuntura política no segundo semestre de 2009, pois, após meses de defensiva diante do desemprego massivo, ou na melhor das hipóteses de redução de salários, várias categoriais saem a campo aproveitando a alta lucratividade obtida por vários setores patronais nestes meses de “ajuda” governamental. Essas categoriais lutam para recompor perdas salariais acumuladas. Isso demonstra que não existe da parte dos trabalhadores no Brasil uma apatia insolúvel que os prostrem totalmente diante dos ataques patronais, como muitas vezes discursos anti-mobilização querem fazer crer.

Devemos esclarecer que há muito tempo a CUT não propõe nenhuma luta que se contraponha diretamente aos interesses dos patrões ou que vá contra políticas governamentais. Isso não quer dizer que não façam política... pelo contrário, a CUT e demais pelegos tem sabido muito bem levantar bandeiras e mobilizar suas bases em torno de

temas políticos, com o fizeram a seu turno em relação a questão da redução da taxa de juros, por exemplo. Mas, estamos tratando aqui, evidentemente, é das ações políticas que assumam as reais necessidades operárias e populares, como seria o caso de uma luta salarial combinada com uma mobilização para reduzir radicalmente a jornada e trabalho sem reduzir salários, por exemplo.



Quando se pode aproveitar a situação para levantar bandeiras significativas para os trabalhadores, como durante a última campanha salarial dos metalúrgicos em todo o Brasil, a CUT trata de restringi-las ao campo das meras reivindicações imediatas/salariais.

Este foi um momento onde CONLUTAS e Intersindical deveriam convocar estas categoriais em greve para se unificarem com as demais que também estiveram em processo de mobilização, procurando desenvolver uma atuação que fosse para além da luta meramente econômica. No entanto, as duas entidades não escaparam da mesma lógica economicista/imediatista/corporativista da CUT e não impulsionaram mobilizações conjuntas das categoriais que estavam em greve ou campanha salarial. Também não levantaram bandeiras políticas durante as semanas ou meses que duraram estas mobilizações.

O problema é que mesmo as direções não tradicionais dos trabalhadores (CONLUTAS e Intersindical) tiveram uma postura totalmente economicista na onda de mobilizações do segundo semestre, pois não levantaram no interior destas mobilizações nenhuma bandeira política. Limitou-se a fazer os “melhores” acordos salariais possíveis. Ninguém, em “sã consciência”, pode negar que quanto mais se tira da patronal melhor, mas também não podemos negar que a luta salarial pela reposição salarial se não for acompanhada por reivindicações como a recontração dos demitidos e a redução da jornada de trabalho, a manutenção e ampliação de direitos, os ganhos salariais se perdem em curto prazo e a vitória conquistada por estas categoriais acabam por se perder.

No final das campanhas salariais de metalúrgicos o balanço era de que o Sindicato dos Metalúrgicos de São José/CONLUTAS conseguiu um acordo salarial superior ao conseguido pelos metalúrgicos do ABC/ CUT. No jornal Opinião Socialista é possível ler que “o sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tendo a frente a direção da CUT, para evitar problemas com as montadoras de automóveis e o governo, fez um acordo rebaixado na campanha salarial”, já os metalúrgicos da GM de São dos Campos (SP) “dirigidos pela Conlutas, seguiram a mobilização, conseguiram pressionar pela base a unidade de São Caetano do Sul. e fizeram uma greve unitária que obteve uma vitória clara, um acordo superior aos dos pelegos da CUT...Na Honda e na Toyota de Campinas (onde atua a Intersindical), também foram obtidos acordos melhores, assim como na Volvo e na Renault do Paraná (Força Sindical)”.²



O “O novo sindicalismo” que pretende superar CUT/Força Sindical não pode se perder no imediatismo

Trata-se de um balanço da campanha salarial onde todo o destaque fói dado para a diferença percentual entre os acordos de reposição salarial conquistados. No ABC paulista, região metropolitana de São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiado a CUT), como parte de sua política histórica de conciliação de classes e para preservar o “pacto luliano de conciliação de classes”, aceitou uma proposta rebaixa de reposição (6,53% e R\$1500 de abono). Já em São José dos Campos, o sindicato dirigido pela Conlutas, conquistou reajuste salarial superior (8,3% e abono de R\$1950).

Porém, o que pode diferenciar, verdadeiramente, uma alternativa sindical não são acordos salariais com alguns pontos percentuais superiores ao da burocracia sindical governista, mas uma postura sindical totalmente distinta que abranja a disposição de unificar pela base categorias nacionais em luta - no segundo semestre uma série de categorias, como carteiros, bancários, metalúrgicos fizeram importantes greves -, levantar pautas de reivindicações que abranjam questões pertinentes a todas as categorias, como a recontração de todos os demitidos, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim do trabalho temporário, da terceirização, das horas-extras, sem falar em bandeiras mais gerais como a reforma agrária, o não pagamento da dívida etc. No caso da greve da GM de São José dos Campos, dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos ligado à CONLUTAS nem a questão da readmissão dos 4200 trabalhadores demitidos pela Embraer foi levantado como pauta de reivindicações.

Em termos gerais, as conquistas salariais, ou imediatas, dos trabalhadores se não são acompanhadas de um processo de organização que vá superando a estrutura sindical herdada da *Era Vargas*, com campanhas salariais previamente definidas em datas-bases (meses onde as empresas devem se posicionar sobre as reposições salariais) que tem por objetivo segmentar as categorias profissionais e manter as campanhas no estreito horizonte salarial, acaba-se por recriar as condições para a manutenção das condições de exploração da classe trabalhadora.

Em termos mais específicos, esta claro que a “retomada” do crescimento econômica em 2010 tem como horizonte fundamental o aprofundamento das condições de exploração, pois o governo procurará transferir para os trabalhadores a fatura do “esforço estatal”, da isenção fiscal e do déficit das contas correntes do governo com a redução de verbas para as áreas sociais e as empresas. A exemplo da Embraer, que após demitir 4.200 no primeiro semestre e apresentar altas taxas de lucro, no segundo semestre, as empresas irão manter a política de arrocho salários - isso dentro de uma tendência de crescimento das inflação no próximo período -, e demais formas de precarização.

Organizações, como a CONLUTAS e Intersindical, que se colocam como classistas e socialistas não podem capitular diante da lógica economicista. Assim, o balanço da luta apresentado pela direção do sindicato dos metalúrgicos de São Jose dos Campos no sentido de que em que obteve um acordo salarial superior aos do sindicato dos metalúrgicos do ABC, é risível.

Em primeiro lugar porque a CONLUTAS tem por obrigação articular, primeiramente em sua base, uma campanha salarial que transponha as reivindicações meramente salariais, coisa que não foi feita, e incorporasse bandeiras mais gerais à sua pauta de reivindicações. A CONLUTAS que dirige sindicatos importantes na região do Vale do Paraíba (Metalúrgicos e Químicos) e em Minas Gerais (Metalúrgicos e outros setores) além de ter presença em uma série de setores que estiveram em campanha salarial neste segundo semestre, como correios e bancários (importantes categorias nacionais), não propôs sequer uma plenária de base que tirasse uma jornada conjunta destes setores.

No segundo semestre, houve uma combinação de lutas salariais que poderia ter alçado uma dimensão política nacional se não fosse a intervenção nefasta das principais direções do movimento operário e estudantil (CUT e UNE). Assim, o desafio de constituir uma organização sindical que supere as direções tradicionais e que se diferencie política e programaticamente da CUT e da Força Sindical são tarefas que vem sendo adiadas pela estratégia economicista apresentada sistematicamente pelos dirigentes da CONLUTAS e da Intersindical.

1 Importantes lutas no segundo semestre se deram como a campanha salarial dos metalúrgicos da Volkswagen/Audi e Renault/Nissan, de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná (em greve por tempo indeterminado); Volkswagen, Ford e mais seis autopeças, em Taubaté, interior do Estado de São Paulo e no ABC paulista. O problema é que sem exceção todas essas lutas ficaram apenas no capô das reivindicações imediatas, ou seja, por reposição salarial.

2 Opinião Socialista 389.

USP: Serra escolhe seu novo testa de ferro

Imposição do candidato menos votado é clara declaração de guerra

Após os embates diretos protagonizados pelos estudantes e trabalhadores da USP no primeiro semestre o movimento entrou em um claro refluxo. A partir daí, vários setores se lançaram em uma “Frente Pela Democratização da USP”. Política que por si só não seria incorreta se tivesse incorporado as lições da luta do primeiro semestre. Por exemplo, de que a mobilização dos funcionários e professores, apesar de levantar bandeiras comuns de luta, como a readmissão de Brandão, por exemplo, não levou a fundo uma estratégia de ruptura com o corporativismo, pois nem sequer comandos e assembleias unificadas foram impulsionadas.

Ao não reconhecer objetivamente o resultado do movimento no primeiro semestre, e devido também a sua concepção equivocada de movimento, não tiveram como centro da ação política a recomposição do movimento e a reconstrução de bandeiras, métodos e táticas de mobilização. O resultado disso foi elaborada uma política a partir dos fóruns superestruturais, como a anticandidatura de Chico de Oliveira para Reitor.

A estrutura de poder na USP é uma das mais atrasadas, mesmo para os padrões da gestão burguesa da “coisa pública”. Na escolha do Reitor não participam mais de 3 mil membros da comunidade acadêmica, no primeiro turno, e algo em torno de 300, no segundo. Sem falar na própria composição do Conselho Universitário, órgão totalmente controlado pelos professores titulares que em sua maioria defendem a política do governo Serra, tais como Universidade Virtual, as “Fundações de Apoio” e o controle burocrático sobre os espaços acadêmicos. Desta forma, cabe ao movimento fazer uma profunda reflexão sobre com que política encarar este processo eleitoral construído para fortalecer a política de privatização, precarização e totalitarismo no interior da universidade levada à cabo pelo PSDB e pelos seus reitores fantoches.

A nosso ver, nesse processo eleitoral caberia construir um programa que tivesse como centro a denúncia da estrutura de poder no interior da

universidade, a apresentação de um projeto de radicalização da democracia universitária e a construção de uma universidade a serviço da transformação radical da sociedade. Cabendo aos estudantes, funcionários e professores, em assembleia, concretizar democraticamente uma plataforma de luta por uma estrutura de poder que se baseie na democracia direta no interior da universidade, onde os membros dos conselhos tivessem mandatos revogáveis e a maioria no poder refletisse social e politicamente os interesses da classe trabalhadora. Ou seja, uma estrutura de poder onde estudantes e funcionários fossem



maioria.

Além desta demanda a luta pela reintegração de Brandão, o fim de todas as perseguições políticas no interior da universidade e o fim da Universidade Virtual, que só serve para precarizar os cursos de humanas e elitizar ainda mais a USP.

É necessário construir uma direção à altura das necessidades do movimento

Neste contexto, o centro político era a denúncia do processo e não a apresentação de uma anticandidatura (PSTU e LER-QI) e muito menos a política claramente oportunista de participar com um candidato oficial para disfarçar uma proposta de consulta aos estudantes se eles eram a favor ou não do boicote às eleições (PSOL/MES). Ao levar para a assembleia dos estudantes a proposta de anticandidatura e de plebiscito - políticas deslocadas e construídas de forma superestrutural -, estes setores foram corretos e fragorosamente derrotados. Foi aprovado, assim, o boicote às eleições

como política central.

O problema é que a derrota do movimento, apesar de não ser reconhecida por alguns setores, tem o seu peso na realidade. As manifestações pelo boicote às eleições, apesar de importantes, pois uma manifestação de estudantes e funcionários obrigou o adiamento e a transferência de lugar da votação (ocorreu sob forte proteção policial no Memorial da América Latina), não contradizem o fato de que se o movimento tivesse realmente alcançado vitórias no primeiro semestre a resistência ao processo seria muito mais massiva e contundente.

Assim, o principal acontecimento político na USP do segundo semestre - a troca de reitor - não foi acompanhada por uma reação a altura da parte do movimento. Isso ocorreu, evidentemente, não apenas pelo resultado objetivo do conflito ocorrido no primeiro semestre, mas, também, porque os setores que dirigem o movimento foram incapazes de apresentar uma política que unificassem estudantes e funcionários em um movimento real contra a atual estrutura de poder. A escolha por José Serra do reitor menos votado na lista tríplice, João Grandino Rodas (ex-diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco), reconhecidamente um grande repressor do movimento estudantil, demonstra que o governo do Estado quer aprofundar a sua política de repressão no interior da universidade.

Certamente os desafios em 2010 para o movimento (funcionários e estudantes comprometidos com a resistência às políticas levadas a cabo por José Serra e toda a estrutura baseada no poder aristocrático) por uma universidade a serviço dos trabalhadores vai enfrentar a intensificação da repressão contra estudantes, funcionários e professores, a privatização, através das “fundações de apoio” e a brutal precarização dos cursos de humanas, por meio da Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP). O último período de enfrentamento na USP deixa lições fundamentais que devem ser apropriadas por todos para que possamos reverter o atual quadro de brutal ofensiva contra a universidade e aqueles que resistem no seu interior.

A NECESSÁRIA UNIFICAÇÃO ENTRE CONLUTAS E INTERSINDICAL

Limites políticos e estratégicos devem ser superados:

Um tema fundamental para 2010 é o processo de unificação, principalmente entre CONLUTAS e Intersindical. A unificação entre estes dois setores é, sem dúvida, fundamental para que se possa alavancar uma alternativa às estruturas burocráticas sindicais no Brasil. Mas, sabemos que uma unificação que não supere os limites atuais das duas entidades e os desvios de ambas direções não irá contribuir para superar a atual crise de organização sindical dos trabalhadores.

A luta - imediata e histórica - só pode ser levada a cabo com a superação de um dos seus principais entraves: a burocracia sindical. Nesse sentido, o processo de unificação entre CONLUTAS e Intersindical pode ser altamente progressivo se servir para oferecer, de fato, uma alternativa superior política, organizativa superior à CUT.

As dificuldades para a unificação tem se apresentado principalmente em relação à concepção organizativa da nova central. A Intersindical defende uma nova central voltada para organizar "os que vivem do trabalho" e tem se negado a incorporar os estudantes na nova central. Já a CONLUTAS defende uma central operário, popular e estudantil. Não nos parece que nenhuma das duas formulações dão conta das necessidades político/organizativas atuais e históricas dos trabalhadores.

A formulação de "central dos que vivem do trabalho" peca pela sua excessiva generalidade. É fato que o movimento operário deve incorporar o conjunto da classe trabalhadora, tanto os desempregados quanto os empregados; todos os tipos de contrato de trabalho, os trabalhadores contratados pela CLT e os por contrato temporário. Mas, esta formulação, apesar de resgatar

a questão do trabalho como central contra os que defendem a tese de o trabalho perde centralidade social, não leva em consideração o papel central que tem os trabalhadores produtivos e assalariados na constituição da sociedade.

A formulação da direção da CONLUTAS, apesar de ser mais progressiva ao incorporar o conjunto dos setores oprimidos em uma única organização sindical, também



não dá a devida atenção ao papel dos trabalhadores produtivos assalariados na luta de resistência e de superação do capitalismo.

Para nós o debate central concerne em superar o economicismo de ambas as partes

A querela entre CONLUTAS e Intersindical passa também pela questão da incorporação dos estudantes na nova entidade nacional. Precisamos ter claro que a luta contra o capitalismo deve ser feita com um programa que mobilize o conjunto dos explorados, mas não podemos perder de vista qual é o centro de gravidade social-político-organizativo deste movimento. Assim, todo o programa deve ter como centro a luta contra exploração capitalista, incorporando

a luta contra opressão sobre trabalhadores, mulheres, negros, jovens, homossexuais etc.. Trata-se, sem perder as especificidades de cada setor, de fazer sempre a mediação entre classe-etnia, classe-sexo, classe-juventude, classe-orientação sexual...

A classe trabalhadora assalariada pelo seu papel e sua forma centralizada de organização é por razões objetivas a única que pode, ao se por em movimento, colocar em cheque a sociedade capitalista e ao tomar o poder político, com o apoio dos demais setores, levar a cabo a superação do capitalismo. A história política do século XX é farta em exemplos dos entraves provocados pela ausência da classe trabalhadora como protagonista no processo revolucionário. A partir daí, cabe propor uma entidade que dê conta das especificidades de cada setor sem perder de vista a hierarquia concreta entre os setores sociais envolvidos. É preciso pensar uma estrutura que garanta a todos os setores construir suas demandas e campanhas sem se perder de vista qual setor deve hegemonizar política e organizativamente a nova central.

Além destas questões de concepção, os setores envolvidos nesse processo de possível unificação não realizaram ainda uma análise séria sobre problemas fundamentais de orientação política que se apresentaram no último período. Por essa razão, o balanço apresentado até agora sobre o processo de unificação é bastante preocupante. Não por compreender que a unificação não seja fundamental, mas porque neste processo de não se apresenta pelas partes envolvidas nenhuma preocupação em superar a prática economicista e superestrutural que tanto tem caracterizado a intervenção de CONLUTAS e Intersindical..

Pré-sal:

Quem ganhará com isso?

NOVO MARCO REGULATÓRIO DE EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO E GÁS E CONTINUIDADE DA POLÍTICA PRIVATISTA

Por Ricardo Lins

Com a descoberta de petróleo na chamada camada pré-sal na costa brasileira foi aberto um longo debate político em torno da regulamentação da extração de petróleo e gás nessas bacias. Pela quantidade e qualidade do produto encontrado nessas profundidades se estabeleceu um frenético debate sobre quem controlaria a extração. A Petrobrás, empresas privadas ou seria criada outra empresa pública. Estes são temas importantes, pois recolocam o debate sobre a propriedade do subsolo nacional e sobre qual tipo de empresa deve realizar o trabalho de extração, refino e distribuição do óleo mineral e, também, sobre qual seria o destino da renda que será obtida pela extração e comercialização do óleo.

Em seu governo FHC acabou com o monopólio estatal criado por Getúlio Vargas da década de 50 permitindo que a extração pudesse ser realizada por empresas privadas. O mesmo marco regulatório foi mantido nas duas gestões do governo Lula. Desta forma, várias bacias petrolíferas foram a leilão no governo FHC e no governo Lula. O projeto de lei 5938/09, apresentado pelo governo Lula, que muda alguns aspectos do marco regulatório anteriormente vigente, e acordado com a oposição que vai a votação no Congresso, com chances minúsculas de ser rejeitado pelos parlamentares,

está longe de garantir a defesa da soberania nacional como o governo tem propagandeado.

Para além das questões de percentual de participação dos royalties¹, o que se coloca como fundamental é que o projeto do governo não significa uma ruptura com a política de FHC. A mudança do regime de concessão para partilha não consiste sequer em um maior controle sobre as riquezas do subsolo pelo estado nacional ou uma “segunda independência” como que fazer crer o presidente Lula e seu governo. As mudanças propostas com o novo marco regulatório não alteram significativamente a legislação anterior, pois ao apresentar o conceito de partilha não altera fundamentalmente a forma de gestão da extração do petróleo, na medida que estão mantidos a Agência Nacional do Petróleo, os leilões de bacias, a privatização de refinarias, a precarização do trabalho.

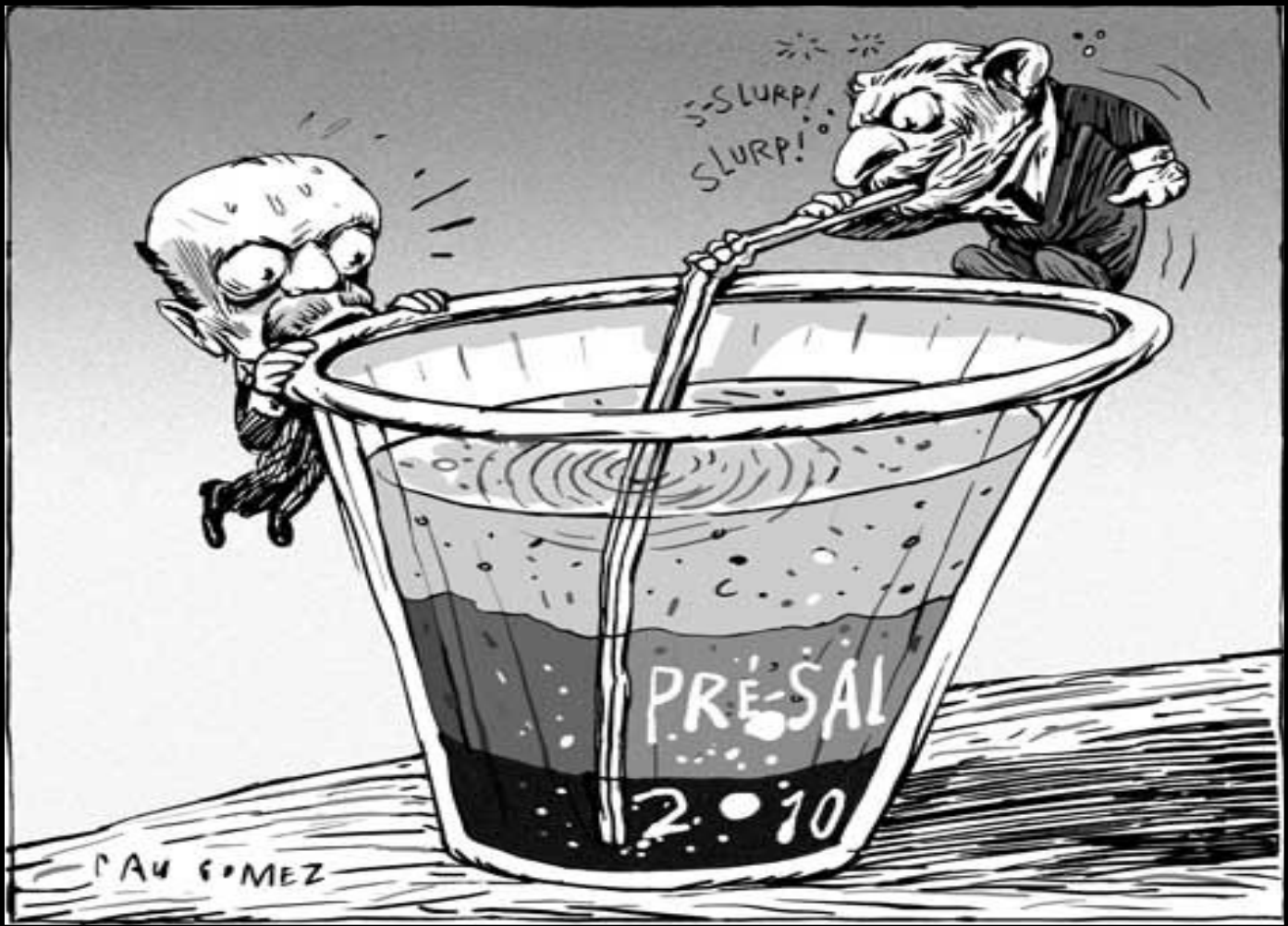
Nesse novo marco regulatório a Petrobrás terá a participação mínima de 30% de todos reservas que vieram a serem exploradas, o restante, 70%, será disputado pelas empresas privadas. Em relação a apropriação dos royalties será distribuída entre federação, estados e municípios. Inicialmente o governo tinha uma proposta que a partir da pressão dos estados produtores (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) foi mudada. O novo marco regulatório também prevê que a única empresa que poderá

operar na perfuração e na extração do óleo da camada pré-sal é a Petrobrás. As demais empresas seriam apenas investidoras. Assim a Petrobrás teria acesso a 30% pelo menos do óleo bruto para comercializar no mercado nacional ou

A regulamentação burguesa não nos traz nada de progressista

internacional.

Tendo em vista a necessidade de construir e consolidar acordos eleitorais para 2010 e o potencial eleitoral que este projeto tem, pois todo o marketing vai ao sentido de que o petróleo do pré-sal vai significar a “segunda independência do Brasil”, o governo achou por bem recuar em sua proposta original para evitar desgaste com a sua base de sustentação. Assim, o Congresso Nacional provavelmente irá aprovar a proposta negociada e já aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados para apreciar este tema. A proposta que está sendo discutida tem basicamente o seguinte teor: a União ficará com 19% dos royalties, os Estados e municípios não produtores continuarão a ganhar 44% dos royalties, divididos ao meio e o Fundo de Participação dos Municípios definirá a distribuição entre as cidades, e o Fundo de Participação dos Estados, dos Estados. ➡



Alguns analistas, inclusive no campo da esquerda, consideram esse aspecto do novo marco regulatório como progressista, nós temos outra opinião. Primeiro porque o novo marco regulatório mantém as bacias petrolíferas em nível menos profundo no sistema de concessões criado por FHC e os tucanos. Dessa forma, uma área gigantesca, só comparada com as maiores reservas do mundo, continuará sendo entregue para as empresas transnacionais. Em segundo lugar, todos sabem que o investimento na perfuração e extração deste óleo e gás, apesar de ser de qualidade superior aos de outras camadas e possibilitar maior retorno, é muito custoso. Aí então entra a Petrobras e o governo com todo o aparato tecnológico, o conhecimento acumulado em décadas nesta área e o capital estatal.

O petróleo é um dos negócios mais lucrativos do mundo, pois o custo médio mundial de extração do barril é de US\$ 5 mas o barril é

vendido no mercado mundial por US\$ 70. O que explica esse brutal distanciamento entre custo de produção e preço do barril? Esse é um fenômeno, em maior ou menor grau, que ocorre com todas as mercadorias que passam a serem negociadas nas bolsas de valores, para garantir a lucratividade de toda a cadeia produtiva, de circulação, para pagar todos os impostos e dar conta da voracidade dos acionistas é necessário que essa distorção ocorra.

Recentemente foi publicado uma pesquisa feita pelo FGTS Fácil informando que a “compra de ações da Petrobras com o dinheiro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em 2000 garantiu um rendimento de 865,76% até o início de novembro deste ano, enquanto o próprio fundo teve uma rentabilidade apenas 60,51% em período equivalente. Isso significa que uma pessoa que usou R\$ 1 mil do saldo do FGTS para compra das ações da estatal em 2000 estava com R\$ 9.657

no início deste mês. Já o trabalhador que manteve o dinheiro no fundo chegou a novembro de 2009 com R\$ 1.605,10 na sua conta.”² Se os pequenos acionistas tiveram esses valores nominais imagine a farra dos grandes investidores.

A presença da Petrobras garantida com sua infra-estrutura e equipe técnica - mais uma vez o estado privilegia o capital privado, pois alocar recursos públicos para o processo de exploração para garantir a ganância especulativa do capital - torna o negócio ainda mais atraente para as transacionais que atuam no país.

Para o “bem” remunerar seu capital a Petrobras e as demais empresas irão, com certeza, procurar aprofundar a exploração sobre os trabalhadores que atuam direta ou indiretamente na prospecção do petróleo, procurarão, por exemplo, ampliar o processo de terceirização - que hoje já atinge 2/3 dos trabalhadores da Petrobras - e de precarização.



Além do capital obtido pela empresas que participarão dos consórcios público-privados, a União irá alocar dinheiro de áreas sociais para gerar a capacidade financeira suficiente para dar conta desse processo. Assim, as empresas privadas podem investir com “tranqüilidade” pois entrarão apenas com parte minoritária do capital necessário, cabendo a Petrobras e a União todo o trabalho operacional. Esse sistema irá desta forma garantir a lucratividade para as transnacionais do setor. Haveria alternativa a essa forma de capitalização da empresa de forma independente das transnacionais? Claro que sim. Bastaria que o governo pegasse parte do valor usado para pagar a dívida pública que ultrapassa US\$ 150 bilhões anuais.

A Petrobras está nada mais nada menos do que cumprindo um papel na prospecção e extração que as empresas privadas não topariam assumir pelos altos custos, riscos e tempo relativamente longo de retorno financeiro. Ou seja, nada de novo, o estado mais uma vez vai intervir de forma a desbravar o terreno para criar no futuro condições totalmente favoráveis para a privatização total do setor.

Como o investimento proposto pelo governo em obtendo 30 % de todas as bacias exploradas a Petrobras e o governo poderão obter altos rendimentos. Mas nem isso é garantia de que haverá como a lei propõe um valor significativo voltado para atender as necessidades fundamentais dos trabalhadores como saúde e educação de qualidade. A história, inclusive a recente com o comprovado desvio CPMF (imposto sobre as transações financeiras que seria destinado à saúde) ou da desvinculação orçamentária (que garantiam um percentual fixo par a saúde e

educação, esta repleta de casos em que o governo e a classe dominante burlam ou derrubam leis que garantam investimentos nas áreas sociais. em que leis que garantiam destinação social para a renda estatal. Além destas questões de privatização da propriedade do subsolo, da Petrobrás e da forma de financiamento e apropriação do petróleo, onde a política de Lula para o setor não rompe com a sanha neoliberal de FHC que podemos resumir em uma disso

Nenhum aspecto do novo marco regulatório proposto por Lula rompe contra o processo de privatização iniciado por de FHC

existem outras elementos que não mudaram, tais como a forma de controle da Petrobras que evidentemente continuará sendo feita sem a participação dos trabalhadores, que leva inevitavelmente à necessidade de derrubar tanto o marco regulatório criado por FHC quanto a emenda feita por Lula.

Reestatização sob controle dos trabalhadores

Assim coloca-se como tarefa para os trabalhadores a luta pela reestatização da Petrobras, garantindo o controle total sobre todas as bacias petrolíferas, suspendendo todos os leilões feitos até agora, acabando com a terceirização em todos setores, com toda forma de precarização e atendendo as justas reivindicações dos trabalhadores, acabar como o regime de capital aberto, pois este consiste em um pressão constante por mais lucros realizados sobre a maior exploração dos trabalhadores da empresa, garantir um investimento significativo em saúde, educação, obras públicas,

pesquisa em fontes alternativas ao petróleo visto que a queima dos derivados deste produto é um dos maiores responsáveis pela emissão de gases causadores do efeito estufa.

Todo esse programa cai no vazio se não incorporamos a ele a questão do controle operário da produção petrolífera. Pois a estatização da Petrobras ou de qualquer companhia por si só já se demonstrou necessária mas insuficiente. Mesmo quando era totalmente estatal a Petrobras e nenhuma outra estatal tinham como prioridade atender aos interesses do empresariado que atuava na área do refino e da distribuição. É verdade que com a privatização este processo se agravou ainda mais.

Entretanto, não podemos perder de vista que a estatização de qualquer empresa é apenas um passo no processo de apropriação pelos trabalhadores, pois se continua sob o comando do estado capitalista e de seus governos não se pode romper com os interesses da classe dominante que vai continuar se apropriando das riquezas geradas pela estatal, além de explorar e oprimir os trabalhadores através da mediação do estado capitalista. Assim a questão do controle operário da gestão deve ser posto como central entre as nossa reivindicações diante de mais esse passo contrário aos interesses dos trabalhadores que o governo Lula em acordo com a classe dominante está dando.

1 Royalties são as taxas cobrada pelo poder público (União, Estados e Municípios) para que as empresas extraiam e comercializem comercialização.

2 **Compra de ação da Petrobras com FGTS garante ganho de 865% desde 2000, 13 de novembro de 2009.**
www.uol.com.br. Fonte: Infomoney.



Combater machismo e intolerância contra a mulher

Por Djamila Ribeiro¹ e Rosi Santos



O episódio na Universidade Bandeirantes (UNIBAN), onde a aluna do primeiro ano de Turismo Geisy Arruda foi hostilizada e quase violentada por colegas, mostra o quanto a sociedade brasileira é sexista e misógina. No país do “carnaval”, do culto a “beleza feminina”, uma jovem foi quase vítima de um linchamento porque estava trajando um mini-vestido. Este fato trouxe à tona a questão da opressão de gênero que deve ser compreendido no conjunto dos problemas pertinentes à luta de classes, dos movimentos sociais, das minorias e dos movimentos populares.

Os fatos não deixam sombra de dúvida de que o episódio foi uma clara manifestação de machismo e discriminação social. O sexismo, e tantas outras mazelas que estão impregnadas na sociedade, se manifestam em todos os lugares, até mesmo numa universidade, espaço onde pretensamente se espera a liberdade de expressão e igualdade entre os gêneros. A idéia de liberalidade que parece existir em nossa sociedade entra em contradição direta com a prática de violência contra mulheres e homossexuais.

O caso ocorrido na UNIBAN² é de extrema importância para a reflexão política e social, pois não se trata de um fato isolado, manifesta uma violência estrutural e sistemática contra a mulher. Corremos o risco, se episódios como este não forem alvo de denúncia, discussão e ação política, de abrir espaço para um enorme retrocesso histórico. O episódio em questão tem o mesmo fundamento dos milhares de casos de violência contra moradores de rua, negros, travestis, índios, mulheres, trabalhadores. Os autores dessas violências podem ser polici-

as, jovens de classe média, maridos, estudantes, não importa, a raiz do problema é a mesma, setores oprimidos são responsabilizados pela sua condição e “devem ser punidos por isso”. Essa racionalidade quando é levada ao extremo acaba por produzir expressões do fascismo, como tem ocorrido em várias partes do mundo, inclusive na América Central.

As mulheres ainda são consideradas gênero de segunda classe

As pouquíssimas conquistas obtidas pelas mulheres no Brasil³ - país onde o próprio aborto é ainda



considerado crime - como licença maternidade, lei de proteção, como a lei Maria da Penha, não levam por si só a um contínuo processo de superação da opressão feminina. As poucas mudanças no campo jurídico se não forem acompanhadas da permanente luta das mulheres associadas ao conjunto dos oprimidos tendem a retroceder. Apesar de estar em um campo próprio de ação social e política, pois a superação do sexismo demanda reflexão/ação específicas, temos clareza de que a luta contra a opressão é irmã gêmea da luta contra a exploração, ou seja, não se pode fazer uma sem a outra. Neste sentido, é perturbador que em pleno século XXI mulheres ainda sofram um a afronta desta natureza. Além da maior exploração da mulher

no trabalho, da dupla jornada, da ditadura dos estreitos padrões de beleza, chegamos ao ponto, no caso da UNIBAN, da imposição do que, onde, como, a mulher pode se portar ou se vestir.

No mundo do trabalho encontramos objetivamente uma gama enorme de problemas ligados ao preconceito, discriminação e opressão da mulher, além das enormes diferenças salariais que estão submetidas. Embora as mulheres representem mais de 40% da população economicamente ativa do país. Dados do IBGE apontam que 49% da população feminina ocupada recebe até um salário mínimo e a taxa de atividade das mulheres permanece inferior à dos homens - 44,4% contra 67,8%. A Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e o (IBGE) no dia 27 de outubro apresentou relatório⁴ sobre a Desigualdade Global de Gênero relatório mundial (Global Gender Gap Index – GGGI, sigla em inglês.) que coloca o Brasil atrás de países como Gana e Tanzânia com maior índice desigualdade de gênero do mundo.

Em suma, não apenas a força de trabalho mas o corpo da mulher também é tratado como mercadoria a ser catalogada, com vencimento, sujeita a troca, com padrões pré definidos e externos a ela própria. Na África do Sul, temos um paradoxo fatal. Jacob Zuma presidente do país, estuprou uma mulher jovem HIV positiva, foi a julgamento, e justificou seu ato, por ser ele um homem Zulu e por ela estar “mostrando as pernas”. Nesse país os estupros quase que naturalizados causam uma espécie de apartheid feminino, existem comunidades de mulheres que vivem em colônias como refugiadas distantes da cidade por não suportarem a miséria e a ação cruel dos homens.



A mulher ainda não é considerada um ser autônomo

As mulheres são incentivadas a mostrar a sensualidade, mas o problema é que a sensualidade, expressão da natureza humana, é transformada em coisa a ser consumida, como qualquer outra mercadoria, em uma relação puramente mercadológica. Devem ser elas "lindas" e "sexys", porém, na condição de objetos. Mas quando assumem sua sensualidade e sua sexualidade de maneira livre colocando-se como sujeito a animália aparece. A ideologia machista reza: sejam sensuais e lindas, mas somente para nossa especulação. É essa a mensagem.

O caso da UNIBAN revela um complexo de problemas que combinam machismo, discriminação social e intolerância, além da exacerbação da idéia mercadológica que esta colocada nesta e em outras universidades privadas e, até

alto grau de oportunismo. Para não se chocar com seus estudantes, vulgo "clientes", acata e legitima o machismo e a selvageria protagonizada por parte de seus alunos e expulsar a aluna agredida com a alegação de que a mesma faltou com a "moralidade".

O ocorrido na UNIBAN expressa o que há de mais perverso na ideologia dominante, na busca de lucro custe o que custar doa a quem doer. Esta atitude da universidade vai ao encontro do que historicamente ocorre com as mulheres. Essas são responsabilizadas por todas formas de violência que são vítimas, como os estupros, as agressões e mutilações, e até

**Abaixo o machismo,
abaixo o capitalismo que
transforma tudo e todos
em mercadoria!**

pelas suas próprias mortes diante da fúria monogâmica de seus "companheiros".

Argumentos do tipo "ela provocou". "a mídia da destaque para vender jornal" ou "faculdade é lugar de respeito" não se sustentam. O que realmente provocou a violência registrada pelos celulares foi o preconceito e a intolerância de muitos alunos e da forma de como a referida instituição é gerida, pois os seus dirigentes estão mais preocupados em aumentar a lucratividade do que em criar um ambiente

democrático dentro da universidade. O que provocou a fúria e o quase linchamento da aluna não foi o seu modo "inadequado" de se vestir, mas uma visão falso-moralista que vez ou outra escolhe uma vítima para descarregar as suas frustrações, e é nos oprimidos de forma geral.

Geise não se considera feminista, talvez nunca tenha ouvido falar em socialismo, marxismo qui sá em Rosa Luxemburgo, Pagú, Anita Garibaldi, Olga Benari Prestes, Simone de Beavoir, entre outras, Marias Joanas, Franciscas, mulheres que ousaram enfrentar os padrões e a violência resistindo à opressão patriarcal. Mas, sabe que foi cerceada em seu direito de livre escolha, teve sua liberdade desrespeitada por ser mulher. Assim, é preciso repudiar com todas as forças o episódio.

O fato de ter resistido a aproxima das mulheres descritas acima. É por isso que temos um lado, e esse lado é o da Geise que por ser mulher e estar na condição de oprimida foi vítima de uma mentalidade ligada a "higienização" do diferente que, infelizmente, vem se disseminando em muitos meios acadêmicos e em universidades públicas e privadas. Assim, a melhor maneira de combater nesse campo é o da denuncia, do esclarecimento e do combate político e é nesse sentido que os socialistas revolucionários devem atuar.

1 Djamilia militante política e estudante de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuou ativamente na Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos e atualmente participa de estudos ligados a questão de gênero.

2 Na Uniban predomina a ideologia do aluno cliente, ou seja, sempre tem razão. Caso de professores que foram demitidos ou perseguidos por terem opinião crítica já foram registrados. Trata-se de uma concepção de ensino que preste um verdadeiro desserviço ao pensamento crítico, pois estas propõe uma formação "prática" e voltada para o "mercado", ou seja, totalmente nos marcos restritos do pensamento dominante, onde a crítica e a universalidade da formação não tem espaço.

3 O Brasil é um dos países que mais discrimina homossexuais e onde a cada 15 segundos uma mulher é agredida (dados do instituto Perseu Abramo).

4 Este relatório considera as diferenças salariais, participação no mercado de trabalho; acesso à educação, nível de formação educacional, acesso à saúde e índices de mortalidade, e participação política e posição em cargos de poder político.



mesmo, publicas do país. Na UNIBAN essa não foi a primeira ação violenta contra uma mulher, poucos meses antes do ocorrido com Geise, outra estudante foi agredida fisicamente e teve seu carro destruído, nenhuma atitude a respeito foi tomada por parte da instituição.

A UNIBAN chega ao mais

A Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie e o PST de Honduras denunciam a escandalosa entrega da luta popular por Zelaya

Inédita campanha mundial de engano montada por Obama e os presidentes “democráticos” do continente

A candidatura independente de Carlos H. Reyes ratifica que não vai ao proceso eleitoral controlado pelos golpistas

O que se previa lamentavelmente ocorreu. Manuel Zelaya, figura política burguesa, acabou lamentavelmente se caracterizando por uma **covardia política inédita.**

Ajoelhado aos pés do amo norteamericano, acaba de firmar um acordó que não só entrega todas e cada uma das reivindicações da luta popular (em primerio lugar, a Assembléia Constituinte), mas inclusive parece que nem sequer vai conseguir uma restituição formal em seu cargo.

Quer dizer, Zelaya entregou tudo em troco de nada, em um ato de subordinação completa e total ao mando do amo: um verdadeiro lambebotas do imperio. Ambas partes – michelistas e zelayistas – colocaram nas mãos do

Congresso a definição sobre se “corresponde ou não restituir Zelaya ao governo”.

E nesse momento, o segundo cargo do Congresso, está dizendo – para quem queira

operação de manobra política nacional e internacional, a serviço de salvar as fraudulentas eleições de 29 de novembro.

Um verdadeiro escandalo onde, na realidade, o governo de Obama se moveu só para conseguir que o melismo capitulasse asquerosamente em todo a política, dando apoio as eleições de 29 de novembro, **inclusive se Zelauya não chegar a ser restituído.**

Em todo o caso, Manuel Zelaya poderia ser restituído por umas horas logo depois das eleições mesmas, e só para entregar a faixa presidencial ao que surge como o verdadeiro ganhador de todo este jogo hipócrita:

Porfirio Pepe Lobo, candidato presidencial de direitista Partido Nacional.

Nessas condições, a verdade é que **indigna** a montagem de um verdadeiro **show político-midiático internacional** para dissimular o que realmente ocorre, ou seja, a **convalidação completa e total** do realizado pelos golpistas.



ouví-lo – que “restituir Zelaya significa convalidar que todo o que se fez antes não foi correto”

Obviamente, o que está dizendo essa “alta autoridade” parlamentar é que a restituição de Zelaya seria “impraticável” e que “a corte seguramente recomendará que a restituição não é procedente.”

Nestas condições, estamos frente a uma brutal



Simplesmente o que se está vendo é o peso político do “gatopardismo” imperial de Obama para que as eleições signifiquem a **saída da crise** e evitar a possível desborde político em Honduras **nem mais nem menos que convalidando o golpe de estado!**

É nesse sentido que seu

Obama **se moveu apenas para resgatar as eleições do 29 de novembro**, quando o tempo se esgotava e se abria a possibilidade de que estas fossem **ultrapassadas pela mobilização e o repúdio popular.**

De outra parte, o acordo encontra a Resistência em um claro **momento de baixa**, dado

consegue protagonizar nada digno de tal nome, quando o que vinha ocorrendo é um processo de **luta heróico e sem antecedentes so bum golpe militar.**

Porém agora, a covardia inédita e asquerosa de Zelaya, ameaça jogar no mar da desmoralização a um movimento de luta que realmente tem sido uma conquista na tradição política do país e que comoveu a América Latina e ao mundo inteiro.

No entanto, os explorados e oprimidos não são idiotas: começam já a surgir vozes questionando que “fomos enganados”, que “segue Micheletti e Zelaya não vai voltar”, e exigindo então explicações.

Em todo caso, a tarefa imediata que levam adiante nossos companheiros do PSTH é **denunciara com todas suas forças esta fraude política escandalosa**, que nem sequer parece garantir retorno formal de Zelaya, enquanto chama a **constituição e um polo político independente** do melismo, da UD e das demais formações políticas conciliadoras.

A mesma tarefa assume a candidatura independente de Carlos H. Reyes, que acaba de reiterar seu compromisso de que com a permanência dos golpistas no poder e sem restituição formal de Mel Zelaya na presidência antes das eleições do 29, não se apresentará e **chamara o rechaco ativo, o boicote e o desconhecimento formal das mesmas.**



enviado Tom Shannon tem elogiado o “pragmatismo” de Obama para conseguir uma saída política...Pragmatismo que significa que na eventualidade de que Zelaya não retorne nem por cinco minutos...o que ficaria no demarcado seria o suposto “apego de seu chefe políticos aos ‘princípios da democracia...’”

Porque, insistimos, deve ficar claro que o governo de

que desde a propia direção entreguista melista, com retorno de Zelaya, o que se impulsionou, conscientemente e reiteradamente, foi **desmobilizar com o discurso da “reconciliação”.**

Quer dizer, se subordinou o movimento a uma **espera passiva de um acordo por cima** que “resolva” o problema.

Por isso que, desde faz um longo mês, a resistencia não

Fundação Santo André: Eleições do novo Reitor significa mais do mesmo

**Por uma ampla campanha pela democratização e
federalização da universidade**

Por Ana Paula L. Fonseca



A Fundação Santo André (FSA) vem sendo notabilizada por processo intenso de privatização, o que significou um aumento descomunal das mensalidades causando a mercantilização total no ensino, privilegiando cursos diretamente voltado ao mercado em detrimento de outros cursos como os de humanas.

Tudo isso não sem uma grande resistência dos estudantes que protagonizaram atos manifestos e ocupações. Movimento que foi violentamente reprimido pela administração local e pelo aparato militar do Estado.

Com a saída de Odair Bermelho, que se destacou por uma serie de escândalos, com envolvimento em corrupção e fraudes, se abriu na instituição um processo de sucessão para reitor .

Seu sucessor foi Oduvaldo Cacalano, que tratou de baixar as mensalidades, tirar das mão de empresa privada as cobranças de mensalidade e abriu novas turmas nos cursos de humanas. Entretanto, assumiu um caráter burocrata e represor no sentido de tomar providências arbitrárias no que se refere à cobranças feitas aos alunos inadimplentes, causando constrangimentos aos mesmo e lhes forçando a assumir dívidas que não conseguirão cumprir, tendo em vista que os acordos não excluem o fato de o aluno ter que pagar a mensalidade e não permite que seja feito um novo acordo. Deixando os estudan-

tes sem saída. Parte da sua política administrativa é não reconhecer os que representam os estudantes, como do Centro Acadêmico. porém cobra resposta a atos contra seus abusos por meio de ofícios.

No que se refere às eleições percebermos quão verticalizada, autoritária e anti-democrática é a estrutura de poder do Centro Universitário, tendo em vista, o fato de que estudantes sendo maioria representam apenas 20%, os trabalhadores não-docentes que garantem o funcionamento da universidade tem apenas 10%. Cabendo, assim, a uma casta PRIVILEGIADA da universidade os 70% restantes, estes definem os rumos da consulta popular que tem por fim uma lista tríplice a ser encaminhada às mãos de Aidan Ravin (PTB), atual Prefeito de Santo André, que decidirá quem será o novo reitor, tendo até o dia 31 de março de 2010 pra tal. Ou seja, o prefeito obviamente só ira escolher quem represente melhor seus interesses.

Defendemos que neste momento, já que Oduvaldo Cacalano recebeu a maioria dos votos, tanto de estudantes quanto de professores, que haja uma pressão por parte dos mesmo a fim de garantir aquilo que foi decidido mediante consulta popular.

Devemos continuar o processo de oposição à atual gestão que pretende manter as mesmas políticas burocráticas que assediam alunos em suas casas com a presença de oficiais de justiça lhes cobrando as

mensalidades atrasadas.

Antes de tudo, é necessário ter claro sobre quais perspectivas queremos lutar pela FSA e quais são as reais tarefas do movimento. Bandeiras como a democratização da faculdade, a Federalização, o ensino publico e de qualidade só podem ser alcançadas através da mobilização direta dos estudantes. È por isso que parte fundamental da luta é pela democratização radical da universidade, pois apenas a através da democracia direta se pode avançar efetivamente no conjunto do projeto e realizar mudanças estruturais.

A luta pela federalização da FSA está intimamente ligada à luta pela democratização radical de sua estrutura de poder. Pois qualquer mudança significativa só pode se sustentar mediante a participação política direta do conjunto dos estudantes. Assistimos um ensino publico no Brasil rifado pelo interesses mercadológicos, o que só é possível devido a uma estrutura de poder que esta concentrada nas mãos de poucos e que representam interesses contrários ao da maioria.

Pela anistia aos inadimplentes seguida da federalização da FSA!

Abaixo a repressão aos lutadores e lutadoras!

Democracia de base já!

Efetivação de todos os terceirizados com igualdade de salários e direitos!

Universidade aberta para todos!

20 de novembro:

*Por uma consciência negra que vá para além da história dos heróis e da política
pão e circo*

Em 20 de novembro no Brasil fez homenagem a Zumbi dos Palmares, sendo comemorado o dia Nacional da Consciência Negra. Mas a consciência negra passa principalmente pelo reconhecimento do combate que vem sendo travado desde os quilombos até os dias atuais mas pelo conjunto dos trabalhadores negros. Neste sentido entendemos que não existe data específica para tomada de consciência da questão da opressão e discriminação aos negros e que a verdadeira consciência não passa somente pelo reconhecimento de seus heróis mas sim por ações que possam mudar



A Carne

A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que vai de graça pro presídio
 E para debaixo do plástico
 Que vai de graça pro subemprego
 E pros hospitais psiquiátricos
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que fez e faz história
 Segurando esse país no braço
 O cabra aqui não se sente revoltado
 Porque o revólver já está engatilhado
 E o vingador é lento
 Mas muito bem intencionado
 E esse país
 Vai deixando todo mundo preto
 E o cabelo esticado
 Mas mesmo assim
 Ainda guardo o direito
 De algum antepassado da cor
 Brigar sutilmente por respeito
 Brigar bravamente por respeito
 Brigar por justiça e por respeito
 De algum antepassado da cor
 Brigar, brigar, brigar
 A carne mais barata do mercado é a carne negra

*Em Salvador com
maior população negra
do Brasil a
desigualdade chega a
136%*

*70% dos negros
trabalham na
informalidade*

*26% da população negra
entre 18 e 24 anos
chegam a prestar
concursos e vestibulares
já a incidência entre os
brancos contabiliza 72%*

*O Brasil foi a
último país da
América a abolir a
escravidão*

*Mulheres negras estão
nos setores mais
empobrecido da
sociedade e as que mais
sofrem violência
doméstica*

*Entre trabalhadores
brancos e negros a
diferença salarial no
Brasil é de 90,7%.*

(Composição: Seu Jorge, Marcelo Yuca E Wilson Capellette)



CONTATOS:

grupo.praxis@yahoo.com.br
 www.praxis-socialismo-ou-
 barbarie.blogspot.com
 www.socialismo-o-barbarie.org
 (11) 89814878